

A natureza dos rios: história, memória e territórios¹

Marcos Gerhardt*

O livro organizado por Gilmar Arruda reúne textos de oito diferentes autores, predominando os historiadores. As perspectivas dos textos variam, bem como as épocas escolhidas, os lugares estudados e as fontes consultadas. Todos os capítulos do livro, entretanto, discutem o significado e a importância dos rios para diferentes grupos sociais, como viajantes, intelectuais, engenheiros e governantes, compondo um amplo e interessante panorama. História, memória e territórios, mas também economia, política, cultura e mitologia foram relacionadas aos rios e permitem compreender com muita clareza uma história humana que esteve ligada às condições ambientais.

Mesmo não se autodenominando como história ambiental, a obra pode ser vinculada a este tema, pois seus textos, em maior ou menor grau, relacionam história e ambiente. A presença de um texto de Donald Worster, pesquisador norte-americano considerado um dos fundadores da história ambiental, reforça essa ligação. O livro corresponde a uma aproximação dos historiadores de um objeto que era preferencialmente abordado por geógrafos, engenheiros e ambientalistas, contribuindo para compreender o significado cultural da água, a importância material desta para as sociedades humanas e as mudanças produzidas nos rios pela ação das pessoas. Mesmo sendo rigorosamente acadêmico, corresponde também a uma opção política e militante de seus autores, que assumem uma postura ambientalmente responsável ao abordar este tema, cercado de variados e conflituosos interesses.

Worster, no primeiro capítulo, narra as mudanças nos cursos d'água que foram realizadas no árido oeste norte-americano, no século XX para viabilizar a agricultura

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista do CNPQ e membro do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (www.labi-mha.ufsc.br), sob a orientação da professora Doutora Eunice Sueli Nodari e coorientação do professor Doutor João Klug. E-mail: gerhardt@aipan.org.br

¹ ARRUDA, Gilmar (Org.). *A natureza dos rios: história, memória e territórios*. Curitiba: UFPR, 2008. 266 p. (Série Pesquisa, 128).

irrigada, intensiva e industrial, colocando a racionalidade puramente técnica e econômica no lugar do respeito às características ambientais. O autor compara a agricultura contemporânea com as experiências da população egípcia que viveu junto ao rio Nilo em diferentes períodos e com a civilização que cultivou as terras da Mesopotâmia na Antiguidade. Critica a tentativa humana de submeter a natureza pela tecnologia para obter ganho rápido e propõe “pensar como um rio”, ou seja, considerar o ciclo hidrológico do qual o rio é um momento, respeitar e “cultivar rios e a correnteza da água”, aprender a “lógica do rio”, enfim, sugere a necessidade de pensar uma “ética da água” aplicada às práticas e às políticas agrícolas.

O segundo capítulo foi escrito por Dora Shellard Corrêa e trata dos “Rios na formação territorial do Brasil: considerações sobre a historiografia paulista”, no qual a autora analisa comparativamente as representações elaboradas por intelectuais brasileiros como Capistrano de Abreu, Alfredo Ellis Júnior, Afonso de Taunay, Paulo Prado e Cassiano Ricardo, para quem os rios “determinaram os rumos da história dos paulistas. A penetração no sertão, sua invasão e apropriação estavam definidos naturalmente. O papel dos rios foi viabilizar a história fixada pela natureza” (p. 53). Dora analisa ainda a obra de Sérgio Buarque de Holanda, que contrapõe aos demais autores estudados, pois expressou que “os rios, com os quais os historiadores trabalham, são, além de natureza, também cultura” (p. 60), e não determinam a história.

No capítulo seguinte, Raimundo Arrais discute os rios Capibaribe e Beberibe como lugares de memórias elaboradas por alguns importantes intelectuais do Recife, na primeira metade do século XX, que ali viveram sua infância: Gilberto Freyre, Oliveira Lima, Manuel Bandeira e Joaquim Nabuco. As memórias e obras destes intelectuais estão ligadas aos significados que criaram e às imagens que fizeram das margens, das gentes e das águas dos rios do passado e contrastam com o “esvaziamento dos significados do rio para os recifenses” (p. 88), também percebida pelo poeta João Cabral de Melo Neto, quando a industrialização, a urbanização e a poluição mudam a paisagem e “o rio perde os dons de evocar aquele passado imemorial” (p. 90).

Gilmar Arruda escreve o quarto capítulo considerando a compreensão que as autoridades elaboraram sobre os rios da província e do estado do Paraná no século XIX, visando formar uma rede de hidrovias até o Mato Grosso. Arruda evidencia a existência de uma percepção utilitária dos rios, para navegação, e de uma crescente presença “da técnica presidindo as relações humanas com a natureza” (p. 121), na qual “dominar a natureza para construir a civilização é, antes de tudo, uma operação de construção de uma idéia de natureza” (p. 108). A ferrovia, símbolo da modernidade, ao se tornar tecnicamente possível, facilitou o acesso ao extremo oeste do Brasil e os rios perderam a função de estradas móveis.

Os capítulos redigidos por Lúcio Tadeu Mota e Kimiye Tommasino, que in-

cluem a antropologia em suas referências teóricas, têm em comum o foco na história das populações indígenas guarani e cain-gangue que viviam junto aos rios no sul do Brasil e seu contato com as expedições oficiais de reconhecimento e construção dos territórios. Enfocam tanto as singularidades culturais indígenas em sua relação com os rios e o ambiente quanto os discursos e a violência dos conquistadores sobre as populações “selvagens” que habitavam o interior do continente.

O último capítulo, de José Miguel Arias Neto, é um texto de história política que trata das “representações do rio Amazonas na política externa do Império do Brasil em meados do século XIX”, dos “significados que o rio Amazonas adquiriu no imaginário dos estadistas” (p. 227) e suas implicações políticas. Nele figuram as imagens da natureza amazônica como obstáculo, vazio demográfico, eldorado, e também as tensões em torno da abertura do rio Amazonas e de outros rios à navegação internacional.

O livro *A natureza dos rios* inclui a transcrição traduzida de um documento, a conferência que o engenheiro inglês Thomas P. Bigg-Wither fez e publicou em 1876 no *Journal of the Geographical Society*, de Londres, na qual narra sua expedição pelo vale do rio Tibagi, no atual estado do Paraná, para conhecer o território e planejar o percurso de uma ferrovia. Este documento, por expressar as compreensões da época sobre a natureza e o cotidiano da população, é uma fonte considerada por vários dos autores do livro em suas pesquisas.

Tabelas, mapas e gravuras de diferentes lugares e períodos estão reproduzidas na obra com excelente qualidade gráfica, inclusive em cores, e têm sua visualização facilitada pelo formato do impresso, pelas grandes páginas e pelo papel não branqueado quimicamente.

Alguns dos textos carecem de um diálogo mais profundo com as outras ciências que estudam os ambientes aquáticos e os rios, como a biologia e a hidrologia, não aprofundam a perspectiva socioambiental que tem marcado as pesquisas dos historiadores dedicados ao tema. Esta ausência, entretanto, parece se justificar pela opção de alguns autores, que relacionaram seus objetos de pesquisa com os rios, mas não se propuseram a escrever uma história ambiental.

Os autores dos capítulos evidenciam uma conjugação entre o natural e o cultural, isto é, apresentam o que talvez seja uma característica da nascente história ambiental: transitar na fronteira entre aquilo que parece ser a natureza – real, preexistente e condicionante da ação humana – e as representações culturais, discursos e construções elaboradas pelas pessoas sobre a natureza. Os rios não são fronteiras naturais; foram as pessoas “que atribuíram a eles esse papel” (p. 10), “a paisagem é um atributo da cultura e é assim que percebemos a realidade física do natural” (p. 11), afirma o organizador da obra na apresentação. Os rios são apresentados como uma construção intelectual, mas também como natureza, tanto quanto as florestas e outros ambientes, pois existiam muito antes da presença humana,

embora seja impossível para o historiador acessar esta realidade.

A natureza dos rios é uma interessante obra coletiva, que merece a atenção dos historiadores, mas também de outros intelectuais ligados aos estudos ambientais, educadores e governantes, pois contribui para compreendermos a complexa questão ambiental de nosso tempo e para pensarmos caminhos alternativos e diferentes daqueles que escolhemos nos tempos passados.